

**Alfa III Fundo Mútuo de Privatização
- FGTS Vale do Rio Doce
CNPJ nº 04.892.365/0001-29**

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Semestre Findo em 31 de março de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Cotistas e ao Administrador do
Alfa III Fundo Mútuo de Privatização - FGTS Vale do Rio Doce
(Administrado pelo Banco Alfa de Investimento S.A.)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Alfa III Fundo Mútuo de Privatização - FGTS Vale do Rio Doce "Fundo", que compreendem o demonstrativo da composição e diversificação da carteira em 31 de março de 2018 e a respectiva demonstração da evolução do patrimônio líquido para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Alfa III Fundo Mútuo de Privatização - FGTS Vale do Rio Doce em 31 de março de 2018 e o desempenho de suas operações para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos Fundos de investimento regulamentados pela Instrução CVM 279/98.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Custódia dos ativos financeiros

Em 31 de março de 2018, o Fundo detém investimentos em ativos financeiros. Cabe ao Administrador e ao custodiante do Fundo conduzir processos de controles para garantir a propriedade e custódia dos ativos financeiros mantidos em sua carteira, junto as entidades custodiantes independentes e instituições financeiras. Em conexão às operações do Fundo e, levando em consideração a materialidade dos saldos envolvidos, consideramos a confirmação da existência dos ativos financeiros do Fundo como área de foco em nossa auditoria.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o objetivo de avaliar a adequação das posições registradas dos ativos financeiros do Fundo, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do processo de conciliação das posições dos investimentos detidos pelo Fundo junto às posições das entidades custodiantes independentes; (ii) obtivemos a composição detalhada dos ativos financeiros do Fundo e comparamos com os seus respectivos registros contábeis; (iii) conciliamos a composição da carteira do Fundo em 31 de março de 2018 com os relatórios emitidos pelas entidades custodiantes independentes e instituições financeiras.

Baseado nos procedimentos de auditoria efetuados e nos resultados obtidos, consideramos que os processos adotados pelo Administrador são apropriados com relação a existência dos ativos financeiros, no contexto das demonstrações financeiras do fundo tomadas como um todo.

Responsabilidade do Administrador pelas demonstrações financeiras

O Administrador é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento regulamentados pela Instrução CVM 279/98 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, o Administrador é responsável, dentro das prerrogativas previstas pela Instrução CVM 279/98, pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que o Administrador pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelo Administrador.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pelo Administrador, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

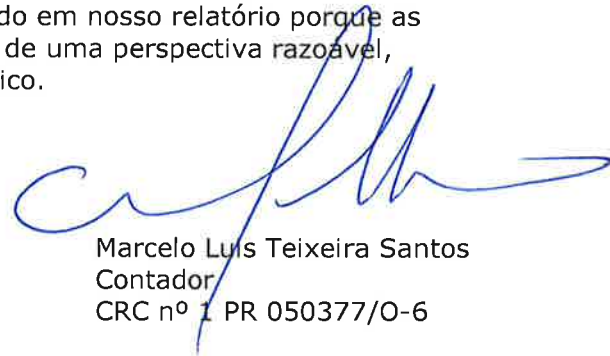
Comunicamo-nos com o Administrador, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com o Administrador, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstância extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 2 de maio de 2018



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador
CRC nº 1 PR 050377/O-6

Demonstrativo da Composição e Diversificação da Carteira

Mês/Ano: 31 de março de 2018						
Nome do Fundo: Alfa III Fundo Mútuo de Privatização - FGTS Vale do Rio Doce		CNPJ: 04.892.365/0001-29				
Administrador: Banco Alfa de Investimento S.A.		CNPJ: 60.770.336/0001-65				
Aplicações - Especificações	Espécie / Forma	Quantidade	Cotação por lote de mil ou preço unitário (*)- R\$	Custo Total R\$ mil	Mercado / Realização R\$ mil	% sobre o patrimônio líquido
Disponibilidades					3	0,05
Banco conta movimento					3	0,05
Aplicações Interfinanceiras de liquidez				140	140	2,45
Notas do Tesouro Nacional - Série B		43		140	140	2,45
Ações				4.215	5.582	97,73
Vale S.A.		132.233	42,21	4.215	5.582	97,73
Total do ativo					5.725	100,23
Valores a pagar					13	0,23
Auditoria e Custódia					8	0,14
Taxa de Administração					4	0,07
Fiscais e previdenciárias					1	0,02
Patrimônio líquido					5.712	100,00
Total do passivo e Patrimônio líquido					5.725	100,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido

Semestres findos em 31 de março de 2018 e em 30 de setembro de 2017

Nome do Fundo:	Alfa III Fundo Mútuo de Privatização FGTS Vale do Rio Doce	CNPJ:	04.892.365/0001-29
Administrador:	Banco Alfa de Investimento S.A.	CNPJ:	60.770.336/0001-65

Valores em R\$ 1.000, exceto o valor unitário das cotas

	31 de março de 2018	30 de setembro de 2017
Patrimônio líquido no início do semestre		
Representado por 4.853,860 cotas a R\$ 999,658373 cada	4.852	
Representado por 5.380,189 cotas a R\$ 911,244173 cada		4.903
Cotas resgatadas no semestre		
597,881 cotas	(53)	
526,329 cotas		(53)
Variação no resgate de cotas no semestre	(690)	(432)
Patrimônio líquido antes do resultado	4.109	4.418
Resultado do semestre		
Ações	1.640	460
Dividendos e juros sobre capital próprio	125	142
Resultado nas negociações	148	3
Valorização/desvalorização a preço de mercado	1.367	315
Renda fixa e outros ativos financeiros	2	4
Apropriação de rendimentos	2	4
Demais despesas	(39)	(30)
Auditoria e custódia	(9)	(6)
Corretagens e taxas	(1)	-
Despesas diversas	(1)	-
Publicações e correspondências	(2)	(1)
Remuneração da administração	(24)	(21)
Taxa de fiscalização CVM	(2)	(2)
Total do resultado do semestre	1.603	434
Patrimônio líquido no final do semestre		
Representado por 4.255,980 cotas a R\$ 1.342,140985 cada	5.712	
Representado por 4.853,860 cotas a R\$ 999,658373 cada		4.852

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 Contexto operacional

O Alfa III - Fundo Mútuo de Privatização - FGTS Vale do Rio Doce é uma comunhão de recursos, constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo mínimo de duração de 3 anos, em 15 de fevereiro de 2002, tendo iniciado suas atividades em 27 de março de 2002, formado exclusivamente por recursos de pessoas físicas titulares de contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O Fundo tem como objetivo aplicar seus recursos na aquisição de ações ordinárias de emissão da Vale S.A.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia do Administrador ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Não obstante a diligência do Administrador em colocar em prática a política de investimento acima descrita, os investimentos de renda variável, por sua própria natureza, estarão sempre sujeitos a flutuações do mercado e a riscos de crédito e liquidez, inclusive podendo obter eventual depreciação dos ativos da carteira ou prejuízo em caso de liquidação do Fundo ou resgate de cotas.

A gestão da carteira do Fundo é realizada pelo Administrador.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis aos fundos de investimento, complementadas pelas normas previstas no Plano Contábil dos Fundos de Investimento (COFI) e pelas orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), especialmente pela Instrução CVM nº 279/98 e alterações posteriores. As demonstrações contábeis incluem, quando aplicável, estimativas e premissas na mensuração e avaliação dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Desta forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão ser diferentes dos estimados.

3 Práticas contábeis

Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

a. Reconhecimento de receitas e despesas

O Administrador adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas.

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente investido e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração, e por se tratar de operações de curto prazo, o custo atualizado está próximo ao valor de mercado.

c. Ações

As ações integrantes da carteira são registradas pelo custo médio de aquisição (custo) e são valorizadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas em bolsas de valores.

d. Bonificações

As bonificações são registradas na carteira de títulos apenas pelas respectivas quantidades, sem modificações do valor dos investimentos, quando as ações correspondentes são consideradas “ex-direito” nas bolsas de valores.

e. Dividendos/Juros sobre capital próprio

São reconhecidos em resultado quando as ações correspondentes são consideradas “ex-direito” nas bolsas de valores.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

f. Corretagens

As despesas de corretagens em operações de compra de ações são consideradas parte integrante do custo de aquisição. Na venda são registradas como despesa, na conta de “Despesa com corretagens e taxas”.

4 Valorização/ (desvalorização) a preço de mercado

A valorização de R\$ 1.367 apurada no semestre findo em 31 de março de 2018 (valorização de R\$ 315 no semestre findo em 30 de setembro de 2017), refere-se ao diferencial entre o valor de custo (custo médio de aquisição atualizado a mercado na data do último balanço) e de mercado, gerando resultado não realizado registrado na conta “Valorização/desvalorização a preço de mercado”. Para as ações negociadas no semestre, os diferenciais a mercado compõem o resultado realizado e são apresentados na conta “Resultado nas negociações”.

5 Emissão e resgate de cotas

O valor da cota é calculado com base nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo no encerramento do dia, entendido como o horário de fechamento dos mercados onde o Fundo atua.

a. Emissão

Na integralização das cotas foi utilizado o valor da cota fixado no dia da liquidação da aquisição das ações da Vale S.A. no âmbito da distribuição.

Após a integralização inicial de cotas do Fundo, não é permitida a emissão de novas cotas.

b. Resgate

No resgate de cotas é utilizado o valor da cota apurado no fechamento do dia seguinte ao do recebimento do pedido de resgate na sede ou dependências do Administrador.

O pagamento do resgate é efetuado até o 5º dia útil subsequente ao do recebimento do pedido na sede do Administrador.

Portabilidade: são permitidas as transferências (portabilidade) e o resgate de cotas do Fundo, totais ou parciais, nas seguintes hipóteses:

- i.** Nas condições estabelecidas pelas Leis nº 8.036/90 e nº 9.491/97 e pelo Decreto nº 99.684/90 e nº 2.430/97, que deverão constar do Documento de autorização a ser emitido pelo agente operador do FGTS;
- ii.** Após o período de seis meses da data da integralização de cada cota, para transferência total ou parcial de investimento para outro Fundo Mútuo de Privatização - FGTS ou para um Clube de Investimento - FGTS; e
- iii.** Após decorrido o prazo de doze meses da data da integralização de suas cotas, para retorno ao FGTS.

6 Remuneração do Administrador

A taxa de administração praticada é de 0,90% ao ano, calculada sobre o patrimônio líquido de fechamento do dia anterior, apropriada e paga mensalmente de forma linear com base em 252 dias úteis por ano.

No semestre findo em 31 de março de 2018 a despesa de taxa de administração foi de R\$ 24 (R\$ 21 no semestre findo em 30 de setembro de 2017), registrada na conta “Remuneração da administração”.

O Fundo não possui taxa de performance, ingresso ou saída.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

7 Custódia

Os títulos públicos utilizados como lastro para as operações compromissadas estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil e as ações estão custodiadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão.

8 Gestão, custódia, tesouraria e serviços terceirizados

Os serviços são prestados por:

Custódia:	Banco Bradesco S.A.
Controladoria:	Banco Bradesco S.A.
Gestão:	Banco Alfa de Investimento S.A.
Tesouraria:	Banco Bradesco S.A.
Distribuição das Cotas:	Banco Alfa de Investimento S.A.

15 Transações com partes relacionadas

Despesas com partes relacionadas

Nos semestres findos em 31 de março de 2018 e 2017 e 30 de setembro de 2017 e 2016, o Fundo registrou as seguintes despesas com administrador/gestor:

Semestres findos em	Instituição	Taxa de Administração/Gestão
31/03/2018	Banco Alfa de Investimento S.A.	24
30/09/2017	Banco Alfa de Investimento S.A.	21
31/03/2017	Banco Alfa de Investimento S.A.	21
30/09/2016	Banco Alfa de Investimento S.A.	14

16 Legislação tributária

Fundo

Os rendimentos e ganhos auferidos com operações realizadas pela carteira do Fundo não estão sujeitos ao imposto de renda nem ao IOF.

Imposto de renda

De acordo com a legislação tributária vigente, no resgate de cotas serão observados os seguintes procedimentos:

- i. Se o valor de aquisição, acrescido da diferença positiva entre os rendimentos apropriados até 31 de dezembro de 2001, for inferior ao valor de resgate, o imposto de renda devido será o resultado da soma das parcelas correspondentes a 10% dos rendimentos apropriados até aquela data e a 15% dos rendimentos apropriados entre 1º de janeiro de 2002 e a data do resgate;
- ii. Se o valor de aquisição, acrescido dos rendimentos apropriados até 31 de dezembro de 2001, for superior ao valor do resgate, a base de cálculo do imposto será a diferença positiva entre o valor do resgate e o valor da aquisição, sendo aplicada alíquota de 10%; e

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

- iii. Quando não houver rendimento apropriado até 31 de dezembro de 2001, a base de cálculo será a diferença positiva entre o valor de resgate e o valor de aquisição, sendo aplicada alíquota de 15%.

Em todas as hipóteses descritas a base de cálculo é deduzida da remuneração do FGTS no período.

O pagamento dos resgates será feito líquido do valor do imposto de renda devido.

17 Política de distribuição dos resultados

Os resultados auferidos são incorporados ao patrimônio, com a correspondente variação do valor das cotas, de maneira que todos os condôminos deles participem proporcionalmente à quantidade de cotas possuídas.

18 Política de divulgação das informações

As informações relativas ao Fundo, referente aos semestres findos em e 31 de março de 2018 e 30 de setembro de 2017 foram divulgadas das seguintes formas:

- Diariamente, em jornal de grande circulação, o valor da cota do Fundo e seu respectivo patrimônio.
- Bimestralmente, através do correio, extrato de conta contendo a rentabilidade auferida no mês, saldo das suas aplicações e movimentações.
- Colocadas à disposição, na sede do Administrador, informações sobre a composição da carteira.

19 Rentabilidade

As rentabilidades nos últimos semestres são as seguintes:

Data	Rentabilidade (%)	Patrimônio líquido médio	Índice de mercado Vale ON %
Semestre findo em 31 de março de 2018	34,26	5.514	32,42
Semestre findo em 30 de setembro de 2017	9,70	4.685	6,98

20 Principais encargos debitados ao Fundo

Despesas e encargos	Semestres findos em			
	31 de março de 2018		30 de setembro de 2017	
	Valor	Sobre o patrimônio líquido médio%	Valor	Sobre o patrimônio líquido médio%
Auditoria e custódia	9	0,16	6	0,13
Corretagens e taxas	1	0,03	-	-
Despesas diversas	1	0,03	-	-
Publicações e correspondências	2	0,04	1	0,02
Remuneração da administração	24	0,42	21	0,43
Taxa de fiscalização	2	0,04	2	0,04

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Despesas e encargos	Semestres findos em			
	31 de março de 2017		30 de setembro de 2016	
	Valor	Sobre o patrimônio líquido médio%	Valor	Sobre o patrimônio líquido médio%
Auditoria e custódia	6	0,13	-	-
Publicações e correspondências	3	0,06	2	0,07
Remuneração da administração	21	0,44	14	0,47
Taxa de fiscalização	2	0,04	2	0,07

21 Demonstração das evoluções do valor da cota e da rentabilidade

A estratégia adotada na administração da carteira do Alfa III - Fundo Mútuo de Privatização - FGTS Vale do Rio Doce manteve-se de acordo com os objetivos da política de investimento do Fundo que estabelece a aplicação em ações ordinárias de emissão da Vale S.A.

A rentabilidade proporcionada pelo Fundo e o valor nominal da cota no encerramento do semestre estão demonstrados como segue:

Data	R\$ Valor da cota	Patrimônio líquido médio mensal	Rentabilidade %			
			Fundo		Cotação Vale ON	
			%	%	%	%
			Rentabilidade mensal	Rentabilidade acumulada	Variação mensal	Variação acumulada
31/03/2016	469,714364					
30/04/2016	607,506668	3.216	29,34	29,34	29,97	29,97
31/05/2016	439,810443	2.734	(27,60)	(6,37)	(27,78)	(6,14)
30/06/2016	502,044848	2.744	14,15	6,88	14,42	7,40
31/07/2016	569,949047	3.036	13,53	21,34	13,71	22,12
31/08/2016	522,250779	3.219	(8,37)	11,18	(8,43)	11,83
30/09/2016	547,871877	3.026	4,91	16,64	5,14	17,58
31/10/2016	676,288764	3.334	23,44	43,98	23,97	45,76
30/11/2016	857,157390	4.415	26,74	82,48	27,08	85,23
31/12/2016	788,889414	4.739	(7,96)	67,95	(8,48)	69,52
31/01/2017	985,281404	5.165	24,89	109,76	25,31	112,43
28/02/2017	1.001,423477	5.598	1,64	113,20	1,68	116,00
31/03/2017	911,244173	5.084	(9,01)	94,00	(8,95)	96,67
30/04/2017	867,134829	4.575	(4,84)	84,61	(7,79)	81,35
31/05/2017	857,072366	4.404	(1,16)	82,47	(1,09)	79,37
30/06/2017	912,963640	4.321	6,52	94,37	6,74	91,46
31/07/2017	984,049596	4.651	7,79	109,50	7,93	106,64
31/08/2017	1.101,028448	5.006	11,89	134,40	12,08	131,61

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Data	R\$ Valor da cota	Patrimônio líquido médio mensal	Rentabilidade %			
			Fundo		Cotação Vale ON	
			Rentabilidade mensal	Rentabilidade acumulada	Variação mensal	Variação acumulada
30/09/2017	999,658373	5.143	(9,21)	112,82	(9,15)	110,41
31/10/2017	1.005,768578	4.908	0,61	114,12	0,72	111,93
30/11/2017	1.099,179826	5.048	9,29	134,01	9,47	132,00
31/12/2017	1.269,534955	5.507	15,50	170,28	14,57	165,80
31/01/2018	1.306,195760	5.921	2,89	178,08	2,96	173,67
28/02/2018	1.415,801385	5.985	8,39	201,42	8,69	197,45
31/03/2018	1.342,140985	5.739	(5,20)	185,74	(6,30)	178,71

(*) O índice de mercado é apresentado pela cotação de fechamento da ação VALE ON divulgada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão no mesmo período. Para melhor comparabilidade da cotação com a rentabilidade e evolução do valor da cota do Fundo, não foram acrescidos os dividendos e juros sobre capital próprio recebidos durante o semestre no cálculo do índice de mercado.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros. Os investimentos em fundos não são garantidos pelo Administrador, por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos.

22 Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

23 Contrato de prestação de serviços

O Administrador contratou o Banco Bradesco S.A., para prestar serviços de controladoria e custódia, relativos a este Fundo, de acordo com as normas Legais e Regulamentares.

24 Política de exercício de direito de voto

O Fundo adota como política de exercício de direito de voto a participação pelo Administrador em Assembleias das companhias nas quais o Fundo detenha participação, que estiverem deliberando sobre assunto de relevante interesse para o Fundo, a critério do Administrador.

25 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, informamos que o Administrador, no semestre, não contratou serviços prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, relacionados a este fundo de investimento por ele administrado, que não os serviços de auditoria externa, em patamares superiores a 5% do total dos custos de auditoria externa referentes a este fundo. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

26 Análise de sensibilidade

Em conformidade com a Instrução CVM nº 577/2016 e a Instrução CVM nº 475/2008, apresentamos a seguir uma simulação, com base em cenários estressados que poderiam ser gerados no patrimônio líquido do Fundo por mudanças nas variáveis de riscos às quais o Fundo está exposto. Esta simulação não considera o poder de reação da Administração frente aos cenários apresentados, o que certamente mitigaria as perdas que seriam ocorridas.

Fator de Risco	Sensibilidade	Cenário Provável		Cenário 1			Cenário 2		
		Resultado Cenário (R\$ mil)	Resultado Cenário (% PL)	Choque	Resultado Cenário (R\$ mil)	Resultado Cenário (% PL)	Choque	Resultado Cenário (R\$ mil)	Resultado Cenário (% PL)
Renda Variável	Ações	-701	-12,27%	-25%	-1.168	-20%	-50%	-2.335	-41%
		701	12,27%	25%	1.168	20%	50%	2.335	41%

O cenário provável é o comumente utilizado pela Administração e considera a aplicação de choques conforme os cenários divulgados pela Clearing B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão para administração de risco intradiário, enquanto os cenários 1 e 2 consideram as regras estabelecidas na Instrução CVM n.º 475/2008, ou seja, aplicação de choque de 25% e 50% nos respectivos preços.

* * *

Ricardo Ignácio Rocha
CRC 1 SP 213357/O-6-T-PR

Adilson Augusto Martins Júnior
Diretor